

5. Considerações Finais

Em torno da realidade espacial da região da Baixada Fluminense explorada ao longo dos capítulos desta dissertação, no contexto metropolitano do estado do Rio de Janeiro, o espaço baixadense configura-se como um recorte dotado de precariedades referentes ao acesso à cidadania no espaço institucional das sociedades modernas. O desenvolvimento do espaço da Baixada sob as estruturas ligadas ao passado agrário-exportador veio favorecer a reprodução do poder, este estando historicamente atrelado ao predomínio do modelo patronal na esfera representativa.

Retomando o recorte municipal de Nilópolis, referentes à construção do poder assentadas na instituição familiar ao longo do desenvolvimento de seu espaço político, contextualiza-se o processo de construção do poder ancorados no mandonismo, por base em estratégias que envolvem as diversas escalas do fenômeno político. A consolidação das estruturas democráticas pós-regime ditatorial e frente ao modelo federalista vigente, culminou em mudanças no espaço político niliopolitano, sobretudo nas relações de poder que se estabelecem na arena política eleitoral pluripartidária.

O arranjo federativo nacional, dessa maneira, tende a ir de encontro à lógica de acesso ao poder político em bases arcaicas, em que as novas estratégias ligadas ao modelo político-territorial pós-1988, tendendo a reproduzirem-se em gestões ligadas ao efetivo poder público, como reflexo das transformações do perfil do corpo instuante diante da melhoria no acesso e na qualidade dos serviços públicos como a educação. O rompimento com a lógica do poder familiar sob o arranjo federativo nacional, ao mesmo tempo que estabelece uma maior autonomia aos recortes políticos-administrativos municipais, propiciando possíveis reforços nos poderes locais contrários a condição cidadã, por outro lado, no bojo da condição político-territorial vigente, desenvolvem-se mecanismos institucionais dos poderes federativos tendendo a consolidar os índices de desenvolvimento, como o educacional, o econômico e o social através de classificações de desempenho, a exemplo do Ideb, na esfera do ensino público nacional. Isso se pode ser explicado diante dos reflexos da transparência da administração pública, revelando os resultados do fortalecimento de estruturas democráticas advindas da reabertura política nacional. Deve-se ressaltar que a

promoção de políticas públicas que envolvem os sistemas educacionais na escala municipal convergem para o estabelecimento de padrões de desenvolvimento da educação e dos resultados de uma gestão pública eficiente, vinculado ao próprio perfil político-administrativo atual que tende a priorizar a transparência dos desempenhos na gestão territorial.

Acerca das políticas públicas institucionais de introdução de matrizes de avaliação em larga escala e a aplicação destas em realidades socioespaciais como no espaço periférico do estado do Rio de Janeiro, esta torna-se uma relevante proposta ligada ao desenvolvimento dos aparatos sociais. Para além da discussão de uma evidente assimetria de formação de sujeitos no espaço institucional, entendo que a qualidade da gestão pública torna-se um fator primaz na anaquilação de estruturas assimétricas de acesso a cidadania.

No que concerne à discussão dos padrões de avaliação e dos currículos propostos através desses dispositivos institucionais, que se relacionam à mensuração do rendimento escolar nos recortes territoriais, propôs-se nessa dissertação a discussão em torno da introdução de novos temas que abarquem o potencial formativo no ensino de geografia, estes como bases na construção de currículos escolares adequados aos contextos espaciais e suas respectivas demandas locais.

A discussão acadêmica, técnica e de gestão sobre a validade da produção de medidas de qualidade dos currículos no âmbito dos serviços educacionais, que podem ser aplicadas e usadas por agentes e atores diversos, devem ser instrumentos de uso das gestões municipais. Isso se deve à própria escala de atuação deste recorte político-administrativo à luz da política federalista nas perspectivas das ciências sociais (entre elas a ciência política e a geografia).

Partindo da premissa que a finalidade mestra de tais avaliações e de reformulações nos currículos é o de promover efeitos locais, temos um importante instrumento de gestão pública, a partir do potencial dos currículos avaliativos influenciarem o ambiente escolar na promoção de currículos eficazes ao contexto espacial do educando. A partir dessa perspectiva, nesta investigação buscou-se propor mudanças/adaptações nos currículos de geografia vigentes no ensino público na escala municipal, referente às bases das matrizes avaliativas do CAEd - UFJF, vinculando-se, na pesquisa, o papel institucional que o referido Centro de Avaliação possui no âmbito das políticas públicas educacionais no estado do Rio

de Janeiro, mediante aos exames do SAERJ para o ensino fundamental. A proposta desta dissertação de introduzir as matrizes curriculares de ciências humanas (história, geografia e sociologia) nos exames estaduais do Rio de Janeiro, relacionam-se às demandas de uma periferia urbana na RMRJ, devido à baixa formação que atinge os potenciais de cultura política e cidadania. Os efeitos locais podem se converter em mudanças no perfil dos sujeitos e a melhorias referentes à inserção no espaço institucional.

No que tange ao segundo dispositivo institucional estudado, referentes ao aumento dos recursos públicos do FUNDEB repassados para o município de Nilópolis, indentificados entre os anos 2000 e 2012, esta condição exemplifica o papel da poder público federal em relação ao suporte de recursos para os serviços como a educação. Isso pode estar relacionado ao aumento da dependência na manutenção dos aparatos sociais nos respectivos municípios e da promoção políticas que busquem o desenvolvimento da educação. Sobre esse último objetivo das políticas públicas educacionais e as possíveis alterações no perfil dos sujeitos no espaço político, no recorte municipal de Nilópolis, identifica-se mudanças no grau de instrução do corpo eleitoral nos quadriênios selecionados. Evidencia-se, a partir da condição anterior, o aumento do potencial eletivo nilopolitano, referente ao comportamento nas eleições municipais do ano de 2012, no qual podemos relacionar com o aprimoramento dos sistemas educacionais e da própria otimização do acesso, com a ampliação de vagas na educação infantil e básica. É importante salientar que o processo que favorece a busca por políticas públicas que valorizem os serviços de ensino não somente pela ótica infraestutural, mas que atinja também o *corpus* formativo escolar, como a atenção adequada às matrizes de ciências humanas no exames de rendimento escolar, no âmbito estadual fluminense, e através da promoção de alterações de currículos escolares atreladas às necessidades de cada local, são exemplos de políticas públicas que valorizem o desenvolvimento pleno dos aparelhos sociais.

Os itens das matrizes curriculares a serem elencados precisam resgatar em em torno de habilidades e competências como resultado de ações sociais e políticas através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para atores diversos, instituídos e instituintes, com foco na escala municipal. Esta pesquisa se atrelou à contribuição que a geografia pode e deve dar à formação de estudantes em cidadãos plenos através do entendimento competente do mundo, sob a

perspetiva das demandas locais. Para tal, propõe-se um trajeto a ser seguido a partir das pesquisas em educação executadas pelo CAEd e as suas respectivas potencialidades institucionais em torno das pesquisas acadêmicas em matrizes curriculares de avaliação:

1. Compreender a natureza formativa e constitutiva de suas matrizes de ciências humanas, e introduzir seus respectivos domínios nas avaliações na escala estadual de ensino do estado do Rio de Janeiro, como o SAERJ;
2. Identificar padrões de abordagem dos domínios mais adequados às demandas sociais na escala municipal. A promoção de exames avaliativos em recortes municipais, podem se converter em uma estratégia efetiva de desenvolvimento dos arcabouços institucionais de acesso à cidadania;
3. Elaborar itens que tragam, na sua estruturação, conteúdos condizentes com a construção de um espaço de cidadania, a partir de práticas políticas e sociais sustentáveis, e aplicadas, sobretudo na escala local, por atores e agentes múltiplos;
4. Propor adaptações e/ou mudanças de conteúdos e finalidades do currículo oficial de geografia da rede oficial de ensino básico para a estruturação de outro voltado para a formação cidadã dos territórios, a partir dos padrões de desempenho que as matrizes de avaliação vêm sinalizando;
5. Contribuir para a construção contínua dos currículos escolares junto aos sistemas de ensino, ou seja, aliar-se à política pública local, amparadas pela estrutura federativa nacional de apoio à educação nas escalas municipais.

Sendo a competência dos recortes institucionais, desde a disposição das escalas de poder dos entes federativos, a promoção da equalização social, os serviços educacionais em torno de suas políticas públicas vêm encontrando desafios significativos para o entendimento e desenvolvimento didático de práticas pedagógicas adequadas para os alunos, em decorrência da promoção de currículos eficientes. Isso se deve ao novo foco dado ao espaço geográfico, referente a novas escalas de atuação e a sua complexidade ao destacar o desenvolvimento local, tornando as práticas de promoção da qualidade dos aparatos sociais mais diversas, cabendo aos mecanismos institucionais apurarem a eficácia dos instrumentos de gestão pública. Entretanto, as possibilidades de transformação da realidade local é potencializada sobre as atuais estratégias de ação nos recortes municipais, como a elaboração de avaliações em larga escala

por instituições vinculadas ao poder público federal, promovendo o uso, a preservação e/ou adequação social dos serviços públicos em graus diferentes de necessidade, vindo a direcionar novos enfoques e abordagens no que tange às políticas públicas, como a que se ocupa no desenvolvimento dos serviços educacionais. Referente ao papel dos currículos de geografia na escala municipal, é importante ressaltar sua responsabilidade no potencial formativo, aliado à perspectiva de cidadania trabalhada nesta dissertação.

Acerca dos índices de desenvolvimento dos serviços públicos, mais especificamente vinculados ao campo da educação, é necessário a busca de novos aportes de investigação para a melhoria dos mecanismos avaliativos, ou seja, ao que se propõe entender no que concerne à realidades dos territórios direcionados às avaliações institucionais, ao que se quer avaliar e ao que se busca ensinar no ambiente escolar. Estebelecendo, assim, caminhos de pesquisa em educação que se convertam em instrumentos de equalização social e de participação cívica, através da melhoria do acesso aos aparatos de serviços públicos e na eficiência do potencial formativo na educação. São desafios que se põem a instigar novas abordagens que valorizem a qualidade da gestão pública nas diversas escalas de ação dos agentes institucionalizados.